

ANO I - EDIÇÃO Nº 18 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quarta-Feira, 06 de abril de 2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

AUTOS: 2015.0701.00272

ASSUNTO: Alteração do Contrato nº 058/2015, referente à contratação de empresa especializada em Engenharia para Execução da obra do prédio sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional-TO - 1º termo aditivo.

Interessadas: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e CONSTRUTORA ACAUÁ LTDA.

DESPACHO Nº 111/2016 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 7, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; com fundamento no inciso I, alínea “b”, c/c § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93; e considerando a manifestação favorável constante no Parecer Administrativo nº 34/2016, acostados às fls. 1075/1077, da Assessoria Especial Jurídica desta Instituição, AUTORIZO a alteração do contrato nº 058/2015, celebrado entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e a empresa CONSTRUTORA ACAUÁ LTDA, referente a Contratação de empresa especializada em Engenharia para execução da obra do prédio sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional-TO, objetivando o acréscimo de R\$ 36.722,19 (trinta e seis mil, setecentos e vinte e dois reais e dezenove centavos), correspondentes a 0,90% (zero vírgula noventa pontos percentuais) de acréscimo ao valor original do contrato, bem como a supressão de R\$ 464.216,10 (quatrocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e dezesseis reais e dez centavos), perfazendo 11,36% (onze vírgula trinta e seis pontos percentuais) de supressão ao contrato original; passando o valor total de R\$ 4.085.700,00 (quatro milhões, oitenta e cinco mil e setecentos reais) para R\$ 3.658.206,09 (três milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, duzentos e seis reais e nove centavos), conforme discriminado em planilha orçamentária anexada aos autos. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato originário e DEFIRO a lavratura definitiva do Primeiro Termo Aditivo ao citado contrato, bem como determino o encaminhamento dos presentes autos à Diretoria-Geral para as devidas providências.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 05 de abril de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 029/2015 (AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT).

INTERESSADA : Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 112/2016 - Nos termos que faculta a Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e devidamente cumpridos os requisitos previstos no Decreto Federal nº 7.892/13, que, consoante disposição do Ato PGJ nº 14/2013, se aplica no Ministério Público do Estado do Tocantins e considerando a solicitação consignada no OFÍCIO/GAB/SSP/ Nº 463/2016, de 01 de abril de 2016, da lavra do Secretário Cesar Roberto Simoni de Freitas, bem como as informações consignadas no MEMO Nº 052/2016 - C.P.L./P.G.J, de 04 de abril de 2016, a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, na qualidade de Órgão Gerenciador da Ata em referência, respeitado o limite de adesão fixado no § 4º do Decreto Federal nº 7.892/13,

AUTORIZO a adesão da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins à Ata de Registro de Preços nº 029/2015 (AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT), especificamente para os itens a seguir: Item 01 (Região Central): linha 2 (02 un), linha 3 (04 un), linha 4 (06 un) e linha 7 (01 un), no valor total de R\$ 39.075,00, mediante autorização pelo Ordenador de Despesas solicitante e comprovada nos autos a vantajosidade econômica da adesão, a indicação de recursos e a anuência do respectivo FORNECEDOR REGISTRADO, observando que as aquisições e contratações pretendidas deverão ser efetivadas em até noventa dias, conforme prazo de vigência na Ata, nos termos do art. 22, § 6º do Decreto Federal nº 7.892/13.

Encaminhe-se os presentes documentos à Comissão Permanente de Licitação para os procedimentos de praxe.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 05 de abril de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº : 2016/2951

ASSUNTO: Reposicionamento da classificação.

INTERESSADA: Mayara Menezes Muniz.

DECISÃO: Defiro o pedido formulado pela interessada, inscrição nº 10001249, aprovada na 22ª posição, para o cargo de Promotor de Justiça Substituto, e determino o reposicionamento da candidata no final da fila do cadastro de reserva do IX Concurso Público para provimento do Cargo de Promotor de Justiça Substituto do Ministério Público do Estado do Tocantins.

DATA DA ASSINATURA: 01 de março de 2016.

SIGNATÁRIO DA DECISÃO: Clenan Renaut de Melo Pereira – Procurador-Geral de Justiça.

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUÁINA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão do Procedimento Preparatório 017/07 em Inquérito Civil Público 017/07, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 19/2016/6ºPJ

INVESTIGANTE: Ricardo Alves Peres, Promotor de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: De Ofício.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar a ocorrência de danos, irregularidades e prejuízos ao erário relativos à folha de pagamento do ex servidor José Pereira dos Santos, da prefeitura do Município de Carmolândia-TO.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procurador de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

INVESTIGADO(S): Município de Carmolândia-TO
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 11 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão do Procedimento Preparatório 16/2007 em Inquérito Civil Público 16/2007, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 26/2016/6ºPJ

INVESTIGANTE: Ricardo Alves Peres, Promotor de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: De Ofício.

FATO(S) EM APURAÇÃO: visa apurar possíveis irregularidades na aquisição de materiais escolares, medicamentos, na locação de veículos, etc, tendo como investigado o Município de Nova Olinda.

INVESTIGADO(S): Município de Nova Olinda-TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 15 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão do Procedimento Preparatório 06/09 em Inquérito Civil Público 06/09, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 27/2016/6ºPJ

INVESTIGANTE: Ricardo Alves Peres, Promotor de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: De Ofício.

FATO(S) EM APURAÇÃO: que visa apurar ocorrência de danos e prejuízos ao erário no exercício de 2009.

INVESTIGADO(S): Município de Nova Olinda e o ex. Prefeito Municipal, Sr. Antônio Ribeiro da Silva

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 15 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão do Procedimento Preparatório 60/09 em Inquérito Civil Público 60/09, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 28/2016/6ºPJ

INVESTIGANTE: Ricardo Alves Peres, Promotor de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: De Ofício.

FATO(S) EM APURAÇÃO: que visa apurar improbidade administrativa cometida pela prefeitura municipal de Nova Olinda decorrente de locação e compra de veículo.

INVESTIGADO(S): Município de Nova Olinda

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 16 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de chaves Públicas Brasileira - ICP

conversão do Procedimento Preparatório 36/2007 em Inquérito Civil Público 036/2007, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 29/2016/6ºPJ

INVESTIGANTE: Ricardo Alves Peres, Promotor de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: De Ofício.

FATO(S) EM APURAÇÃO: visa apurar afronta a princípios constitucionais ao parabenizar os professores, com faixas em frente a prefeitura em nome da Prefeita da e\$ oca

INVESTIGADO(S): a ex prefeita Valderes Castelo Branco.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 16 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão do Procedimento Preparatório 54/2009 em Inquérito Civil Público 054/2009, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 31/2016/6ºPJ

INVESTIGANTE: Ricardo Alves Peres, Promotor de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: De Ofício.

FATO(S) EM APURAÇÃO: visa apurar irregularidades na doação de bem de uso comum do povo correspondente a 5.020,00 m² da Avenida Rio Brejão e 3.900,00 m² da Avenida Rio Vermelho, localizadas no Distrito Agroindustrial de Araguaína (DAIARA) às empresas Tocantins Plástico e Palmatex S/A industrial textil.

INVESTIGADO(S): Município de Araguaína.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 16 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão do Procedimento Preparatório 29/2011 em Inquérito Civil Público 29/2011, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 32/2016/6ºPJ

INVESTIGANTE: Ricardo Alves Peres, Promotor de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: De Ofício.

FATO(S) EM APURAÇÃO: visa apurar irregularidades na contratação de servidores públicos sem concurso ou processo seletivo público. Desvirtuamento de cargos em comissão ou funções de confiança. Desvirtuamento na contratação temporária.

INVESTIGADO(S): Município de Muricilândia.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 16 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão do Procedimento Preparatório 001/2013 em Inquérito Civil Público 001/2013, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 34/2016/6ºPJ

INVESTIGANTE: Ricardo Alves Peres, Promotor de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: De Ofício.

FATO(S) EM APURAÇÃO: visa apurar denúncia de precariedade do prédio do Hospital Regional de Araguaína.

INVESTIGADO(S): Governo do Estado do Tocantins e a Secretaria de Estado da Saúde

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 18 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão do Procedimento Preparatório 018/2011 em Inquérito Civil Público 018/2011, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 35/2016/6ºPJ

INVESTIGANTE: Ricardo Alves Peres, Promotor de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: De Ofício.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar fraudes no pagamento de empréstimos consignados concedidos a servidores públicos municipais.

INVESTIGADO(S): ex prefeito do Município de Carmolândia-TO, Sr. João Holanda Leite.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 18 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão do Procedimento Preparatório 023/2011 em Inquérito Civil Público 023/2011, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 36/2016/6ºPJ

INVESTIGANTE: Ricardo Alves Peres, Promotor de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: De Ofício.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Visa apurar irregularidades praticadas pela autoescola Piloto, do proprietário Maurício, na cidade de Santa Fé do Araguaia.

INVESTIGADO(S): Sr. José Pereira da Silva Neto

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 18 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão do Procedimento Preparatório 46/2009 em Inquérito Civil Público 046

/2009, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 37/2016/6ºPJ

INVESTIGANTE: Ricardo Alves Peres, Promotor de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei

Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: De Ofício.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Visa apurar prática de atos de improbidade administrativa decorrentes da contratação irregular de trabalhadores pelo município de Nova Olinda, no período de 2001 a 2008.

INVESTIGADO(S): Município de Nova Olinda/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 18 de março de 2016.

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º: 011/2016/ICP

INVESTIGANTE: Thaís Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 017/2015.

FATO EM APURAÇÃO: Responsabilidades para instalação de hidrantes na rede pública do município de Colinas/TO, em razão da existência de apenas um com a vazão inadequada e em desacordo com a Norma Técnica (Decreto Estadual nº 3.950) que estabelece a regulamentação das condições mínimas para a instalação de hidrante público, aplicada em todos os municípios do Estado do Tocantins.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 01 de abril de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º: 015/2016/ICP

INVESTIGANTE: Thaís Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Acórdão nº 593/2014-TCE

FATO EM APURAÇÃO: Ato de improbidade administrativa, com possível dano ao erário e ofensa aos princípios da administração pública, decorrentes de suposta acumulação indevida de cargos de servidora como Secretária Especial de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Município de Colinas/TO e ADAPEC.

INVESTIGADA: Euzábia Diclás Ramos Sousa

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 04 de abril de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º: 016/2016/ICP

INVESTIGANTE: Thaís Cairo Souza Lopes, Promotora de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal;

artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Procedimento oriundo do MPF – Araguaína/TO.

FATO EM APURAÇÃO: Supostas irregularidades na construção de casas na Fazenda Santa Rosa, município de Brasilândia/TO, com verbas oriundas do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), executadas pela Coordenadoria no Estado do Tocantins.

INVESTIGADA: Coordenadoria de Crédito Fundiário do Estado do Tocantins

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Colinas do Tocantins/TO, 04 de abril de 2016.

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 24/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 25/16

INVESTIGANTE: Jussara Barreira Silva Amorim, 9º Promotora de Justiça de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; Lei Federal nº 10.741/2003.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 73/2015 – 9ª PJ-Gurupi-TO

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outros temas de Direito Público; Garantias Constitucionais; Pessoa Idosa; Medidas de Proteção.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar denúncia de agressão psicológica e abuso financeiro sofrido pela idosa Ana Alves Pinto (73 anos de idade), praticada pela nora Odinete Tavares Mota Araújo, residentes em Gurupi – Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741/2003).

REPRESENTANTE: Ana Alves Pinto

REPRESENTADOS: Odinete Tavares Mota Araújo

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 05 de abril de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 05/04/2017 (01 ano).

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.º: 044/2016-5ª PJP

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/1985; artigo 62 da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Processo n. 2739/2012 / 13.243/2011 do TCE/TO

FATOS EM APURAÇÃO: irregularidades apontadas em Relatório de Auditoria de Regularidade e no Acórdão n. 573/2015, ambos do TCE/TO, que culminaram com a imputação de débito de R\$ 41.920,00 ao então gestor do Fundo de Saúde do Município de Ipeiras, Antônio Martins Alves Filho, e ao responsável pelo Controle Interno, Levi Teixeira de Oliveira.

INVESTIGADOS: Antônio Martins Alves Filho e Levi Teixeira de Oliveira.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 22 de março de 2016.